



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 1/2019

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE

31/01/2019

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aos trinta e um dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário, e pela Sr.^a Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, 2.ª Secretária, com a seguinte Ordem do Dia -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):-----

-----**PONTO UM: Tomada de conhecimento do parecer da CCDD-C (pedido de nulidade de deliberação da Assembleia Municipal (memorando de entendimento entre a Câmara Municipal de Mira e empresa do sector agropecuário), solicitado por membros do Grupo Municipal do Partido Socialista.** -----

-----**PONTO DOIS: Denúncia de memorando de entendimento entre a Câmara Municipal de Mira e empresa do sector agropecuário – tomada de conhecimento** -----

-----**PONTO TRÊS: Descentralização administrativa - lei-quadro de transferência de competências para a administração local e diplomas setoriais -votação nos termos do disposto no nº 2 do artigo 4º da Lei nº 50/2018 de 16 de Agosto conjugado com os respetivos diplomas setoriais.**

----- **PONTO QUATRO: Descentralização administrativa - lei-quadro de transferência de competências para a administração local - delegação de competências na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra - votação nos termos do disposto no nº2 do artigo 4º da Lei nº 50/2018 de 16 de Agosto** -----

-----**PONTO CINCO: Aprovação da 1ª. Revisão orçamental e 1ª. Revisão das GOP's – Ano de 2019, nos termos preconizados da alínea a) do nº, 1 do artº. 25º. do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação.**-----

-----**PRESENÇA DO EXECUTIVO:**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, o Sr. Vereador, Nelson Teixeira Maltez, a Sr.^a Vereadora, Dr.^a Dulce Helena Ramos Cainé, e o Sr. Vereador, Dr. Fernando José Domingues Madeira.-----

-----PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Dr. Mário Ribeiro Maduro, Dr. João Luis dos Santos Marques de Pinho, Prof. Nelson Miranda Cadete, Sr. Carlos Jorge dos Santos Nora, Eng. Regina Maria Duarte Serrano, Sr. João Augusto Ribeiro de Sousa, Sr. Pedro Nunes, Enf.^a Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, Dra. Joana Mafalda Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhana, Sr. Adolfo José Figueiredo Ribeiro Maçarico, Sr. Américo Manuel Miranda Páscoa, Enf.^o Manuel Ferreira Inocêncio, Dr.^a Telma Milene Magueta Salvador, Prof.^a Zélia Domingues Moraes, Sr. Pedro Jorge Moraes Laranjeiro, Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Prof.^a Vera Lúcia de Jesus Manco, Sr. Mário de Jesus Manata, Prof.^a Maria Clara de Simões Clemente, e os Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Sr. Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco, da Praia de Mira, Dr. Francisco Daniel Soares Reigota, do Seixo, Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz, dos Carapelhos, Sr. Pedro Manuel Silva Anjo em substituição do Sr. Gabriel Miranda de Pinho. -----

-----FALTAS-----

-----Verificou-se a falta de Dr. Paulo Jorge Santos Grego substituído pelo Sr. João Augusto Sousa, Sr. Hugo Daniel Pinto Coelho Gomes, substituído por Dr. João Luis Pinho e Marco António de Melo Santos. -----

-----HORA DE ABERTURA -----

-----Os trabalhos tiveram início às dezassete horas e quinze minutos, após a verificação de quórum, com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**PONTO UM: TOMADA DE CONHECIMENTO DO PARECER DA CCDC-C (PEDIDO DE NULIDADE DE DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MIRA E EMPRESA DO SECTOR AGROPECUÁRIO), SOLICITADO POR MEMBROS DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA.**-----

---- **1ª INTERVENÇÃO DO SR. DR. FRANCISCO REIGOTA (PS)**-----

----- Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota** (PS) que começou a sua intervenção lendo um parecer da CCDC, datado de 18 de janeiro 2019, cujo texto se encontra anexo à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. -----
O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. -----

---- **2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----Interveio o Sr. Carlos Nora (PS) que cumprimentou todos os presentes e começou a sua intervenção dizendo que também lhe parecia tratar-se de um parecer “armadilhado” e que não estava nada arrependido porque de certa forma, contribuiu para o chumbo do projeto Lusíaves e que nesse momento até o executivo estava de acordo com o Grupo Municipal do Partido Socialista relativamente a esse aspeto. -----

--- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.-

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

----- Interveio o **Sr. Presidente** cumprimentando a mesa da Assembleia Municipal e os serviços jurídicos da Câmara. Referiu-se a 2 notas e disse que os membros que haviam assinado o pedido de nulidade tinham toda a legitimidade para o fazer, dizendo não ser o executivo que emitia o parecer, mas sim, uma entidade externa, uma entidade do Estado, uma entidade credível e que merecia toda a credibilidade. Esclareceu ainda que as opiniões e interpretações jurídicas eram diversas, sendo que esta foi a interpretação jurídica da **CCDC-C** e dos seus juristas. Mais disse que se os membros do **Grupo Municipal do Partido Socialista** tinham outra interpretação jurídica, podiam estes recorrer à tutela,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aos tribunais e diz que essa será obviamente a interpretação que for dada e a interpretação que se vier a concluir. Continuou ainda assim dizendo que o **Executivo da Câmara** tinha feito e deu a conhecer aos **Senhores Do Partido Socialista**, foi pedido a uma entidade externa, para não que não houvesse confusões e que se sujeitaram à decisão conforme e mediante aquilo constasse no parecer. Disse ainda que se devia ter cuidado às vezes, com as palavras usadas e que ficavam registadas em ata. Mais disse que a entidade **CCDR-C**, uma entidade credível e que lhes merecia todo o respeito, não lhe parecendo bem dizer que este parecer foi arranjado, acha que deve ficar registado em ata e que de devia extrair a certidão dessas declarações por causa do bom nome da própria **CCDR-C**. O que estava a ser posto em causa era a idoneidade profissional, de quem escreveu este parecer, os próprios juristas e os próprios serviços jurídicos, alertando que devia haver cuidado às vezes com as palavras. Disse ainda que obviamente tinham toda a legitimidade para recorrer às entidades que entendessem, não concordando com a decisão, sendo isto que muitas das vezes acontecia com os tribunais, não se concorda e recorre-se. ----

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. -----

---- **1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

---- Interveio o **Sr. Dr. Francisco Reigota (PS)**, referindo-se à intervenção do **Sr. Presidente da Câmara**, dizendo esperar que esse rigor seja tido nesta Assembleia daqui para a frente e em todas as intervenções e que fosse extraído de todas as atas as intervenções, nas quais por vezes havia exagero na sua linguagem. Assim, quando a bancada do **PSD** acusava o **PS** de certas coisas também elas deviam refletir esse rigor. Referiu-se ao parecer dizendo que as suas palavras não tinham sido bem interpretadas, acrescentando que o próprio parecer não disse que não há nulidade e que ia metendo os pés pelas mãos até confundir tudo e todos, mas que acaba sempre por dizer que a tomada de conhecimento não podia ser votada e que isso estaria no próprio parecer,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dizendo que seria mais simples a Assembleia e os serviços jurídicos da Câmara confirmarem o seguinte; “era verdade que uma tomada de conhecimento não pode ser votada”, então dava-se por terminado o processo. Concluiu que como queriam continuar a não admitir os erros que, por vezes, todos cometiam, seria muito mais simples continuar a atirar para onde quisessem, que eles, **(PS)**, iriam continuar a fazer o que lhes competia, mas que o rigor devia ser tido em todas as partes, em todos os momentos e sob todas as intervenções nesta Assembleia.

---- 2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

---- Interveio **Sr. Pedro Nunes (PSD)** dizendo que a bancada do **PSD** concordava em pleno com o que foi dito pelo **Sr. Presidente da Câmara** e lembrou a bancada do Partido Socialista, nomeadamente, os senhores deputados que subscreveram o documento, que esse mesmo documento foi votado por unanimidade, pelos presentes e pelos que não estavam, salientando que, tinha de medir as palavras proferidas pelo Sr. deputado da bancada do Partido Socialista em relação à entidade e ao documento. -----

-----2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

--- Interveio o **Sr. Presidente** dizendo que foi uma tomada de conhecimento e que a mesma tinha sido votada, o que não deveria ter acontecido. Assim interrogou qual era o efeito útil ou mesmo o objetivo da tomada de conhecimento dessa declaração de nulidade, esclarecendo que era para os senhores deputados terem conhecimento do mesmo e posteriormente, ser discutido. Concluiu dizendo que, declarar nulo, não era correto, porque tinham tido conhecimento. -----

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto dois da ordem do dia. -----

---- PONTO DOIS: Denúncia de memorando de entendimento entre a Câmara Municipal de Mira e empresa do sector agropecuário – tomada de conhecimento -----

--- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.



nc

MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- **1ª Intervenção do Sr. Presidente da Câmara:** -----

---- **O Sr. Presidente da Câmara** explicou que, em relação a este processo, o mesmo já foi tornado público e tendo já sido dado conhecimento, em reunião de Câmara, de que existe um parecer negativo emitido pelo Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia, relativamente a 120 hectares na zona onde se iria proceder à implantação das instalações agropecuárias da empresa Lusiaves. Como já havia sido referido pelo próprio Presidente e por parte do PSD, caso viesse um parecer negativo, o processo não avançaria. Assim, com parecer negativo para cerca de 120 hectares e tendo conhecimento desse parecer em conversas e reuniões com a Lusiaves, no sentido do Executivo reformular o processo/projeto, entendeu-se que não haveria condições para se reformular o processo para instalar o projeto, (estar-se-ia a falar de 15 contentores na área que sobrava nos cerca de oitenta hectares) e de que não estariam reunidas essas mesmas condições, entendeu-se por bem denunciar o memorando depois de terem conversado com a empresa da Lusiaves. Disse que, após terem tomado nota deste documento, a empresa, como é do conhecimento geral, veio dar nota de que havia entregado uma reformulação com a qual a Câmara Municipal não concordava, mantendo sempre a mesma posição, ou seja, havendo um parecer negativo em relação à localização, estariam contra a instalação do projeto. Acrescentou ainda que, no dia anterior, recebera um telefonema de um membro do gabinete da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal) por causa da apreciação do projeto pela Câmara e Assembleia, no qual foi colocada a questão sobre a posição da Câmara, sendo que, não sendo possível a concretização do projeto que estaria previsto de 200 hectares com determinados afastamentos, com uma determinada mancha florestal, uma determinada disposição dos pavilhões, havendo parecer negativo, a decisão da Câmara era a de denunciar o memorando. Mais disse que mantiveram clara a sua posição e fizeram as comunicações que tinham que fazer dando por terminado todo este processo.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acrescentou ainda que lhes foi dito que se quisessem instalar a unidade de ração e a unidade de incubação, havia disponibilidade para conversar, mas com um projeto como aquele que tinha sido apresentado, não, pois este não cumpria as regras que eram necessárias para a sua instalação naquele local. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. -----

---- **1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

---- Interveio o **Sr. Américo Páscoa (MAR)** que começou por dizer que o MAR nada tinha contra a empresa, como tinha ficado demonstrado na sessão da Assembleia realizada no Seixo. Sobre este memorando de entendimento com a Lusíaves, referiu que a notícia, na comunicação social, de que a Lusíaves queria continuar a outra posição, diferente, da autarquia, deixou a população confusa e que seria bom que se clarificasse de uma vez por todas a situação da Lusíaves. Deixou uma reflexão no sentido da autarquia apostar em empresas sem riscos ambientais, por todas as características do concelho e que tratasse urgentemente de captar novas empresas. Salientou também que existiam jovens de Mira com muito potencial, a sair do concelho, acrescentando que deveria haver incentivos, tanto para as empresas, para investidores, como para os jovens. O concelho de Mira tem uma localização geográfica ótima e seria bom que se começasse a refletir sobre estes pontos. -----

---- Interveio o **Sr. Dr. Francisco Reigota (PS)** referindo-se à explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara, disse que a palavra certa para todo este processo era confusão, uma confusão desde o primeiro minuto até ao dia de hoje. Disse ser um processo mal gerido e esperava que no futuro, essa má gestão não trouxesse dissabores ao concelho de Mira. Declarou que se o parecer tinha vindo negativo, tinha que ter caído nesse mesmo momento, mas a Câmara é que sabia e decidia, mas que tudo isto gerava confusão aos mirenses, pois não compreendiam essa forma de estar. Salientou que partilha da opinião do Sr. deputado do **MAR**, referindo haver muita confusão na articulação desta



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

situação, mas que a bancada do Partido Socialista ficou realmente satisfeita com o desfecho da não vinda da empresa, não pela empresa, mas pelo estudo, o historial e pela localização, especialmente, para o concelho de Mira. Referiu que, desde o primeiro minuto que tiveram acesso a alguma informação sobre isso, foi exatamente no dia dezanove de dezembro de dois mil e dezasseis e que afinal o processo era mais antigo e já se falava sobre a possibilidade da sua vinda para Mira há mais tempo e os deputados da altura não tiveram conhecimento disso nem os vereadores. Referiu-se a uma outra dúvida, que era, em doze de dezembro de dois mil e dezasseis, a Câmara Municipal e o grupo Lusiaves haviam celebrado o memorando, no qual, pensa ser esta data, mas que depois na segunda página dessa proposta aparecia, “por a denúncia do memorando entendimento entre Câmara Municipal e a empresa do sector agropecuária do grupo Lusiaves realizado a dezasseis de dezembro de dois mil e dezasseis” e, então, colocou a questão, ou é doze ou é dezasseis. Disse que tem de ser corrigido e que quando se pedia rigor tinha de haver rigor na escrita e na documentação que se apresentava. Bem sabia que muitas vezes era documentação a mais e que a administração está carregada de documentação, sendo difícil acertar em tudo e que errar é humano, mas quando se quer ter rigor para umas coisas, terá que se ter para as outras também. -----

---- Interveio o **Dr. João Luis Pinho** que cumprimentou todos os presentes e começou por dizer que tinha algumas preocupações relativamente ao desemprego por este projeto não se concretizar, decorrente da denúncia do memorando de entendimento. Disse que já o tinha feito em privado e também o queria fazer em público, manifestando o desejo pela não vinda da Lusiaves, mostrando-se contente e agradecido por terem chegado ao fim. -----

-----Uma das questões que colocou era em relação à área concedida ao perímetro florestal e como é que se ia retomar a situação, no sentido de saber se a Câmara Municipal iria reaver esses lotes de terreno, pois, eram lotes de terreno que conhecia perfeitamente, sendo um deles, na Lagoa. Salientou que é



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma área muito interessante do ponto de vista ambiental, pois seria permitir uma mais-valia dentro de cinco a dez anos, que seria útil para o Município e para todos os sectores da economia local. Mais disse ser uma área excelente e que daria para articular um posicionamento com o Município vizinho. Deixou a sua ideia, em termos de sementinha, que seria a criação de um corredor verde, que iria abranger as freguesias de Mira aproveitando para deixar também a sugestão ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira para fazer alguns contatos com Município vizinho com vista a criar um corredor verde que conseguisse abranger estas zonas, com início na barrinha de Mira. Deu também a sugestão ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, para se interessar pelo processo com o Município vizinho, visto que se estava num período de pré preparação de fundos estruturais para 20/30 considerando ser uma oportunidade única e tendo em conta que estes terrenos deviam regressar ao Município de Mira. Concluiu, dizendo para pensarem neste corredor verde desde o Município de Cantanhede ao Município de Mira, para que de alguma forma se pudesse dar alguma nobreza a essa área e assim garantir que, no futuro não houvesse aquilo que se tem recebido, por parte das descargas que todos tão bem conheciam. --

---- Interveniente **Sr. Dr. Artur Fresco (PSD)** que cumprimentou todos os presentes e recuando no tempo, quando fazia parte da Assembleia Municipal, entre mil novecentos e noventa e sete e dois mil e um. Na altura, era Presidente da Câmara, o Sr. Dr. João Reigota (PS) e Presidente da Assembleia, o Eng.º Prina (PS), e lembrando-se de várias sessões, em que tinha sido abordada a vinda do campo de golfe, sendo a localização deste algures entre a Quinta Lagoa e o Mira Villas. Mais referiu que essa implantação sempre foi afetada pela chamada Rede Natura 2000 na qual alguns terrenos ficaram afetados por essa denominação, tendo ele próprio vindo aqui participar numa Assembleia Extraordinária em que se discutia o porquê da não vinda do campo de golfe para aquele local, no qual dizia que havia ter estado cá um membro do governo que justificou que era por haver umas poças de água em que um determinado mosquito punha os ovos e



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isso estragaria os adubos. Afirmou que, certamente, haveria ali mais alguém que se recordasse melhor disso que ele. Referiu então que, talvez por causa disso, teria sido feita uma troca de terrenos em que estes passavam a ser desafetados, cerca de duzentos hectares na zona dos foros do Seixo. Mais disse que o Município de Mira tomou conhecimento há pouco que esse parecer emitido pelo **LNEG** era negativo e que em duzentos hectares, só oitenta é que poderiam ser utilizados seja para que fins fosse, não sendo só por causa da Lusiaves mas para qualquer outra construção que lá se pretendesse fazer inclusive, a reflorestação. Por isso, o Município de Mira acabou por perder cento e vinte hectares, não podendo fazer nada e frisou que Mira já estava a ser lesada desde “ontem”. Disse também que, aquando da implantação da Pescanova teve que se ceder ao regime geral do Estado, sem outras contrapartidas. Mais cento e sessenta hectares, se não estava em erro. Referiu então que, só em termos de metros quadrados de terreno, o Município de Mira já tinha perdido muita área. Reportou-se à sessão de esclarecimento realizada no Seixo, e que de sessão de esclarecimento havia tido muito pouco, pois esta tinha sido mais uma manifestação contra a vinda da Lusiaves e não uma sessão de esclarecimento. Disse ainda que estavam aí pessoas a quererem ser esclarecidas e que a maior parte das pessoas que lá tinham estado apenas o que fizeram foi para se manifestar contra a vinda desta empresa e que quase não quiseram ouvir as explicações dadas sobre a implantação. Depois, fez-se uma Assembleia Municipal descentralizada no Seixo, dizendo e afirmando confiar nas entidades responsáveis pela emissão de pareceres, porque à partida são entidades isentas, estatais, com técnicos mais que credenciados para fazer e elaborar os pareceres. Mais disse que se devia confiar nos técnicos. Acrescentou, dizendo que eram as pessoas credenciadas que deviam emitir os pareceres e, assim sendo, questionava como é que existiam pessoas que duvidavam da credibilidade dos pareceres. Disse ter escutado pessoas a dizer que não acreditavam nos pareceres ou que os pareceres poderiam ser “forjados”,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reforçando que estas afirmações são muito graves. Reafirmou que o executivo sempre disse que a instalação da Lusiaves viria para Mira se todos os pareceres fossem favoráveis. Houve um parecer que não foi favorável e o Executivo denunciou o acordo. Afirmou que, isto sim, era coerência e transparência. Falou também, das assinaturas dirigidas ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e ao Sr. Presidente da Câmara que ainda não apareceram em lado nenhum, dizendo que tudo isto era uma confusão, pois já passou tanto tempo e que as pessoas que as assinaram também tinham o direito de saber onde iria parar. Disse não concordar com alguns dos passos que foram dados ao longo do tempo, neste caso da Lusiaves, dizendo que alguns empresários da praça quiseram passar esses pedidos de assinaturas contra a vinda da Lusiaves com os seus colaboradores e com os seus funcionários, condicionando de algum modo o seu modo de atuação. Afirmou que não concordava com algumas pessoas independentes que brindavam só porque a Lusiaves não vinha para Mira e referiu que não se ia saber se ficávamos a ganhar ou a perder, sendo evidente que, cada um tinha a sua opinião, mas brindar a isto, não lhe parecia correto. Menos correto ainda era alguns “departamentos políticos”, que diziam que, “fomos nós que conseguimos e ainda bem que lutámos”. Salientou que cada um tinha o direito de se manifestar, mas questionou se foi sorte a Lusiaves não vir para Mira, ou se terá sido azar para alguns e sorte para outros. Diz também que as pessoas que se manifestaram contra, diziam agora concordar com o parecer porque simplesmente lhes convinha, porque veio uma autoridade competente dizer que o parecer era negativo. Fez referência às pessoas que eram a favor, das quais nunca houvera uma manifestação ou um abaixo-assinado. Acrescentou que há dois dias havia estado com duas pessoas (diretores) da Freguesia da Praia de Mira que estavam completamente descontentes e tristes porque a Lusiaves não vinha para Mira. Disse não se saber exatamente a dimensão desta decisão porque essas pessoas que queriam a Lusiaves em Mira nunca se tinham manifestado verdadeiramente, apenas se



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinham manifestado os que eram contra a instalação. Frisou que, quem tinha um emprego estava ou está mais ou menos bem de vida, estaria bem porque tinha trabalho, mas, havia muitas pessoas que trabalhavam fora do concelho de Mira, e ressaltou que essas pessoas teriam todo o interesse numa instalação deste género no nosso concelho. Disse não ficar contente com este desfecho, mas que concordava em absoluto com ele. Cumprimentou o Sr. Presidente da Câmara e o restante Executivo pela atitude que tiveram e, salientou o facto da enorme paciência, sempre abertos ao diálogo com todos os intervenientes. Fez uma ressalva, dizendo que ouviu muitas críticas injustas, muitas das vezes por tanta abertura e pela postura, e que muitas das vezes o Sr. Presidente foi mal interpretado. Concluiu, referindo ainda, o facto de se saber conduzir bem este processo, com transparência, com coerência e a prova mais evidente era o desfecho de todo este processo. -----

--- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** referindo dois pontos e explicou a história deste processo e alguns pormenores. Começou por dizer que a expressão que tem sido usada, “confusão”, estava realmente a provocar-lhe alguma confusão. Referiu que a posição da bancada do PSD e a posição do executivo Municipal, desde a primeira hora foi a do máximo cuidado e que tudo isto não veio ali parar de surpresa, pois, que havia tido uma conversa com o Sr. Professor Fernando Regateiro, líder na altura da bancada do PS na Assembleia Municipal, ao qual lhe foi explicado todo o processo, que todos tiveram conhecimento do teor do memorando de entendimento e que foi votado favoravelmente. Disse ter havido quem mudasse de opinião, afirmando que as pessoas podiam mudar de opinião, disse que umas já não eram a favor, outras eram a favor parcialmente, outras já eram a favor de outra localização e que este ponto parecia-lhe ser o cerne de alguma confusão. Reafirmou que sempre foi dito que se viesse um parecer negativo se abandonaria o processo mas, de forma responsável, porque um projeto que iria trazer duzentos e cinquenta postos de trabalho e cem milhões de euros não podia ser gerido “ao sabor de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eleições”. Quis ainda referir que se tinha falado em “os papões” e mais alguém que disse que vinha aí o diabo. No entanto, frisou que os pareceres foram todos positivos, desde logo, o parecer do Ministério da Saúde que foi positivo. Apenas o do LNEG tinha sido negativo. A CCDR dizia que, apesar do parecer ser negativo havia a possibilidade de se reformular o projeto, na tentativa de se conseguir salvar o mesmo, nomeadamente com a fábrica de ração e o centro de incubação que ficavam localizadas no Montalvo. Assim, analisada a reformulação do projeto conclui-se que não seria viável. Salientou que o que ali foi dito, nomeadamente pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, e que tinha toda a razão, pois aquele mesmo terreno esteve à venda por duas vezes, em hasta pública. Mais disse que, aquela parcela de território estava assim classificada, quer fosse seja para o golfe ou para a instalação agrícola. A pergunta que o Dr. João Luis Pinho fez, disse ser bastante pertinente, porque agora existia a possibilidade de negociar, pelo facto de terem os 120 hectares e que nada se podia fazer porque estavam desafetados. Mais disse que iriam tentar desafetar outras áreas num perímetro florestal onde fosse viável fazer alguma coisa. Disse que isso eram acertos antigos e que essa área era o exemplo de um deles, como o Clube Náutico e coisas mais antigas, acrescentando o longo trabalho feito pelo ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e Florestas) para haver compensações e consequentemente se ter chegado até aqui. Esclareceu que se resolveu o problema com a ACUINOVA/PESCANOVA no qual foram cedidos oitenta hectares, não querendo com isto dizer que tenham sido mal cedidos, mas com isso tiveram que ser dados cento e sessenta para o regime florestal total, para a Mata Nacional deixar de ser propriedade do Município para passar a ser propriedade do Estado. Disse ser preciso esclarecer estas situações para que assim possam evitar outras situações “confusas”, como já foi dito e não entrar em pormenores mas reafirmou que se tiver que entrar nesses pormenores, de assinaturas e abaixo assinados também se podia discutir. Mais disse que o que realmente aconteceu foi um



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parecer, um pedido de reformulação e a CCDR dizer que se podia reformular, mas depois de se ter visto a reformulação, não se concordou com a mesma e optou-se por denunciar o memorando de entendimento. Para terminar, frisou que todos os outros pareceres vieram positivos exceto este que, surpreendentemente, veio negativo. -----

---- Interveio o **Sr. Américo Páscoa (MAR)** dizendo que a “confusão” da opinião pública passava por se tentar esclarecer ao máximo. A maior parte dos que estavam presentes já sabiam o que se estava a perder, a nível desta empresa e da sua instalação, a confusão existia nas redes sociais e na comunicação social.-

---- Interveio o **Sr. Dr. Francisco Relgota** dizendo que depois de ouvir as intervenções do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira e do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mira, compreendia perfeitamente o seu incômodo e o facto de tentarem distorcer a maior parte dos argumentos, dizendo que podiam vir com os argumentos que viessem, mas a população não entendia a ordem de estar por parte de quem esteve neste processo e isso era indesmentível. Mais disse que podiam recuar a mil novecentos e noventa e sete e tentar trazer para ali outro estilo de assunto, que muito teria de ser dito sobre eles porque os assuntos não podiam ser analisados só pela rama, nem só nas alíneas que interessavam, esses assuntos teriam mais para ser discutidos e que seria bom também aprofundar esses assuntos quando se queria discutir. A real questão da desafetação dessa área, talvez não tenha sido muito bem explicada pelo Sr. Presidente, porque disse que o processo era bastante diferente daquilo que referiu. Na situação concreta do abaixo-assinado, julgava que a Câmara Municipal de Mira e os eleitos não tinham o direito de querer impor a sua linha de ação, nem a sua forma de pensamento perante cidadãos independentes, porque estes cidadãos tinham a sua forma de estar, salientando que a questão do abaixo-assinado, sobejamente conhecido e claramente subscrito por umas dezenas, centenas, uns milhares de munícipes, merecia ser respeitado. Salientou que a discussão não era essa, a discussão era quase toda sobre a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questão da vinda ou não vinda de todos estes problemas para o Concelho de Mira e que teria sido aí que a discussão deveria ter ficado e que se deveria ter iniciado todo o processo. Acrescentou que, mais uma vez falaram no nome do Dr. Fernando Regateiro, ao qual disse que, não iria admitir que o Partido Social Democrata de Mira mais utilizasse o seu nome, numa tentativa de fazer política, dizendo que o Dr. Fernando Regateiro era uma pessoa de bem, que toda a gente conhecia a sua forma de estar e de pensar e disse que não compreendia estarem a tentar fazer política em benefício próprio. Depois, corrigindo o que tinha dito, disse então, até compreender porque o faziam, referindo que tinha que haver rigor, como ainda há pouco tinha sido dito, sugerindo ao Sr. Presidente o retirar da ata da Assembleia uma declaração de um deputado da bancada do PS, esperando que também seja retirada a declaração do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira quando este colocava em causa as pessoas que fizeram a recolha das assinaturas e onde disse que o que foi dito era bastante duvidoso e por isso disse, que achava que essa parte também devia ser retirada. Referiu também que, quando se falava no Partido Socialista pretendia dizer uma coisa muito simples, “governem a vossa casa, governem o vosso partido porque o nosso governamos nós, quem governa são os militantes do Partido Socialista e não são vocês que vão ter oportunidade alguma de tecer considerações sobre o interior da sabedoria do Partido Socialista. As discussões eram tidas dentro do seu partido e só a eles diziam respeito. As vossas eram conversas de tentativa de salvar um pouco a imagem que já passaram para o exterior sobre esse processo de má gestão, tentando desvirtuar os assuntos que realmente nada tem a ver com este assunto e tentando mandar umas bocas”. -----

-----Falou da sessão de esclarecimento que decorreu no Seixo, onde disse ter estado presente e que foram poucos os que defenderam a vinda da Lusíaves para Mira e muitos foram os que disseram que não queriam a sua vinda. Disse terem estado muitas pessoas com conhecimento de causa, a transmitir a sua opinião, inclusive familiares desta Assembleia e também de eleitos da Junta de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesia do Seixo, os quais deviam ser respeitados. Referiu que o facto de dizerem que essas pessoas fizeram “peixeirada”, era estar a falar mal da própria casa, alertando que deviam ter mais respeito e que só se lembrava de duas intervenções a defender o projeto, uma feita por um Sr. Artur e outra por um Sr. João Cavaco. Deu nota de algo muito mal gerido pelo Executivo, designadamente, ter trazido os administradores da empresa e os responsáveis da mesma e na altura de defender o investimento não terem sido capazes de o fazer e terem deixado a empresa numa posição um pouco desconfortável. Concluiu, afirmando que o processo foi todo mal gerido desde o início, esperava então que assumissem toda a responsabilidade da gestão deste processo e que o Sr. Presidente da Câmara e o seu Executivo assumissem que, “este processo era exclusivamente sua responsabilidade desde o início até ao dia de hoje, fomos nós que o quisemos gerir assim e iremos assumir todas as responsabilidades sobre ele, inclusive, se a empresa por algum motivo não tiver ficado muito satisfeita com o Município e venha pedir algum esclarecimento extra sobre todo este processo”. -----

---- Interveio o **Dr. João Luis Pinho** referindo a importância de voltarem à posse do Município os terrenos do “delta” da Lagoa, pois eram áreas muito mais que importantes para o Município. -----

---- Interveio **Sr. Pedro Nunes (PSD)** dizendo que em primeiro lugar, subscrevia na íntegra tudo aquilo que foi dito pelo Sr. Presidente da Junta Freguesia de Mira e realmente era um dos que lamentava a não vinda do projeto para Mira. Realçou a posição de Câmara e a sua coerência dizendo, que na verdade por um único parecer negativo o projeto não se concretizaria. Com tudo isto disse que Mira só tinha a perder, assim como os “nossos” filhos, os “nossos” netos e mais disse que, a empresa, depois deste imbróglio todo ter-se-á movimentado nas proximidades, todavia, era difícil conseguir os duzentos hectares que aqui tinha. Terminou dizendo que realmente era uma pena que o projeto não avançasse nas condições que inicialmente lhes foi apresentado porque, como o Sr.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputado Páscoa já havia mencionado, os nossos jovens estavam a sair de Mira, sendo uma realidade e quando se passava na zona industrial de Vagos é que se via o mundo de gente que lá fervilhava. Referiu que a “nós” foi dado um presente envenenado, reportando-se ao espaço do golfe e disse que quem por cá anda há algum tempinho, que sabia bem que nos tais cento e vinte hectares nada se podia fazer, exceto os coelhinhos que podem por lá passar, sendo assim mais um dos presentes envenenados e acreditava com toda a certeza que Mira é que saia a perder. -----

---- Inteiro **Dr. Artur Fresco (PSD)** dizendo não ter concluído o seu raciocínio quando falou nos hectares da Lagoa por causa da criação do mosquito, com a qual ele não concordou. Disse que as forças políticas da altura foram todas unânimes, estavam todas a favor do projeto de golfe e da sua instalação, referindo que se tinha compreendido o porquê de não ser viável e não se ter concordado. Mais disse que em relação à imposição ou não de quem está no poder a fazer pressão sobre as pessoas que os elegeram, concordava mas também, não podia concordar que fosse um grupo de cidadãos a impor a sua vontade sobre quem estava a governar os destinos do Concelho. -----

---- Inteiro **Dr. Tiago Cruz (PSD)** que começou por cumprimentar todos os presentes. Disse que relativamente ao projeto da Lusiaves tinha pena e achava uma grande perda para o concelho. Falou também em relação ao abaixo-assinado, no qual era referido o seu nome, e mencionou-o porque algumas das pessoas responsáveis por esse abaixo-assinado, como o Sr Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, no momento em que souberam da posição da Câmara Municipal de Mira, vieram para as redes sociais, querendo ter um aproveitamento político sobre a situação, dizendo que “nós conseguimos”. Disse ter puxado a questão pelo facto de as assinaturas não terem chegado à Câmara ou a outra instituição, pelo conhecimento que tinha. Mais referiu que se tinham essa legitimidade e essa força, os documentos não chegaram a lado nenhum, podendo tirar o extrato da ata do Seixo onde ele próprio havia falado e onde



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

colocou certas dúvidas sobre o procedimento e a forma como esse abaixo-assinado atuou, dizendo estar de consciência tranquila. Disse saber o que se passou em alguns casos, tendo provas dos mesmos e que podiam levar o seu testemunho para outro entender. Disse ter curiosidade de saber o que é que se passou e que pelo que ouviu do Sr. Presidente da Junta da Praia, apesar do abaixo-assinado se ter dirigido ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, seria para levar para a Assembleia da República, tendo conhecimento disso na entrevista dada à “Rádio Mira”, que lhe parecia ser uma fundamentação hilariante, mas que tinha de respeitar. Falou em relação à Sessão da Assembleia na Freguesia do Seixo e lamentou que um dos seus elementos da assembleia de freguesia do Partido Socialista tivesse tido um comportamento menos correto ao levantar-se e mandar calar o seu colega, o Presidente da Junta de Freguesia de Mira. Não considerava ser um comportamento correto, disse que o ser contra ou a favor todos têm direito às suas opiniões, as quais deviam de ser respeitadas. -----

-----Interveio o **Dr. João Luis Pinho** dizendo que se falou na zona industrial de Vagos, a qual conhecia muito bem, e o que existia nas zonas industriais de Mira se devia aos mirenses e aos executivos que foram elegendo. Disse ter falado, durante várias vezes em Assembleia, que Mira nunca teve uma postura industrial, ao contrário de concelhos vizinhos, como era o caso de Cantanhede e Vagos, enquanto que por Mira se continuava a fazer-se zonas industriais para a implantação de armazéns e que posteriormente as contingências quando um empresário precisava de um lote para a indústria fazendo referência a essas diferenças existentes entre Vagos e Mira. Disse ainda que, hoje em dia havia a nova zona do Montalvo, parte verde para indústria, nunca tinha acontecido em Mira. Mais disse que as zonas industriais de Mira, quer o polo I, quer o polo II, não estavam preparadas para a indústria, havia sim uns “armazenzinhos” e umas oficinas e que ainda hoje se estava a pagar o preço do polo II. Esclareceu que quando um empresário tinha perspectivas de crescimento tinha que penar para



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aumentar as suas áreas de produção industrial e que isto deveria de ser uma reflexão feita por todos. Acrescentou, dizendo que tinha de perceber muito bem qual era a postura do que se quer apontar, disse ter que se comparar o que era comparável, dando como exemplo o do crescimento industrial em municípios vizinhos onde se encontravam municípios de Mira, referindo que se tinha de fazer crescer o polo II, uma vez que este se situava numa zona de acesso rápido a uma via de comunicação, a A17, pelo que se deviam criar essas condições para que Mira também fervilhasse, no bom sentido.-----

--- Interveio o **Sr. Presidente** que começou por responder às últimas palavras proferidas pelo Sr. Deputado, João Luis Pinho, referindo-se à existência de mais área na zona industrial do Montalvo o que permitiu mais três hectares dessa nova área de utilização empresarial bem como o polo I que estava a ser aumentado. Disse também que era um trabalho que tinha de ser feito ao longo de muitos anos e o que se tem disponível era fruto do trabalho de alguns anos, de quinze a vinte anos. Em relação àquelas áreas da Lagoa, o Município ainda continuava a ser o proprietário daquelas mesmas áreas, acrescentando que a sua gestão estava afeta ao regime florestal, podendo esta ser retirada ao regime florestal e fazer lá outras coisas. Disse que só o seu uso é que estava afeto, podendo este ser alterado para outro uso que seja compatível e validado e que não havia ali qualquer tipo de transferência de propriedade, ao contrário daqueles duzentos hectares de que havia falado e dos sessenta hectares em que, efetivamente houve transferência de propriedade. -----

---- Disse que concordava com o que foi dito pelo Sr. Deputado Américo Páscoa, em relação à falta de comunicação, mas a intenção era explicar o assunto aos órgãos.-----

---- Passando depois à questão do abaixo-assinado que foi dirigido ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, disse que era normal que esse abaixo-assinado tivesse surgido da Assembleia. Salientou que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira numa Assembleia



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal, sugeriu que fosse feito um referendo para a questão da Lusiaves, assunto este que era da competência da Assembleia Municipal, desconhecendo se tinha apresentado requerimento para o efeito. Disse que não existiu a confusão de votar a favor, nem a confusão de requerer a nulidade de uma votação que afinal conheciam e tinham conhecimento daquilo que estava a ser dito. Afirmou que depois *“já não queriam, depois afinal já não é, afinal já não votamos mas queremos votar, afinal não é nesta localização é naquela localização, afinal não é aqui mas concordamos só se for acolá, depois já não concordamos”*, ou seja, isto sim é que lhe parecia confusão. Afirmou que se tratava de um tema fraturante e que o mais fácil para o Executivo teria sido abandonar o processo a determinada altura, mas entenderam não o fazer, justificando que Mira precisava de um grande investimento que fosse alavanca para outros investimentos e a sua ideia era que a empresa Lusiaves a instalar-se em Mira, seria esse motor para que viessem outras mais. Voltou a referir que, turismo sim, mas este não será suficiente por si só, terá de haver indústria para criar e gerar dinâmica. -----

--- Entretanto o **Sr. Dr. Francisco Reigota (PS)** questionou a gestão de todo este processo. -----

--- O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu, que a gestão de todo este processo se revestiu o máximo de coerência, como já havia dito, do princípio ao fim, desde o primeiro dia que ali o trouxe e que se iria analisar e que não ia ceder a pressões mediáticas. Acreditava nas entidades, ao contrário de algumas pessoas ali presentes na sala da Assembleia, e outras, que inclusive, tinham estado na Assembleia do Seixo e disseram que não acreditavam em nada disto e que estava já tudo feito. Voltou a referir que acreditava e sempre acreditou nas instituições do Estado, as quais tinham feito, e bem o seu trabalho. Afirmou que a coerência tinha estado sempre presente, assumiram, e fizeram sempre todas as discussões e esclarecimentos públicos que foram necessários, recebeu todos os que assinaram petições e que pediram para ser recebidos, deram a cara,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assumiram, desde princípio até ao fim, o processo e tudo aquilo que aconteceu. Infelizmente, na sua perspetiva política, obviamente o que foi mau para o Concelho porque era a tal alavanca que poderia trazer desenvolvimento. Rematou dizendo que iriam baixar os braços e evidentemente, que estavam à procura de outros investimentos porque o Concelho precisava deles. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Dr. Mário Maduro** dizendo o abaixo-assinado era matéria da competência desta Assembleia. Referiu que não tinha recebido qualquer comunicado e portanto achava que o seu nome tinha sido usado indevidamente porque não foi dado qualquer conhecimento a esta Assembleia. Finalizou, dizendo que deveria ser tomada a liberdade de trazer a esta assembleia, eleita pelos Mirenses, esse mesmo abaixo-assinado, que não tinha acontecido. -----

---- **PONTO TRÊS: Descentralização administrativa – lei-quadro de transferência de competências para a administração local e diplomas setoriais – votação, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 4º da Lei nº 50/2018 de 16 de agosto conjugado com os respetivos diplomas setoriais.-**

---- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

---- **1ª Intervenção do Sr. Presidente da Câmara:** -----

---- Interveio o **Sr. Presidente** dizendo que devia ser já do conhecimento de todos, que tem sido noticiado e falado na comunicação social e em todo o lado, que o Governo estava a tentar fazer processos de descentralização de competências para as autarquias locais, processo este que tinha tido o acordo da Associação Nacional de Municípios. Inclusive, foi assinado um acordo de entendimento entre o PS e o PSD sobre esta matéria. Na sua opinião este processo teria evoluído um pouco depressa demais em alguns aspetos pois não seria possível cumprir alguns dos requisitos desse processo de descentralização, em que nove áreas de atuação, sendo que no dia um de janeiro de dois mil e vinte e um, estas estariam, automaticamente, na esfera das Câmaras Municipais, das Juntas de Freguesias e Comunidades Intermunicipais.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Disse ainda, terem feito uma análise destes documentos, que tiveram reuniões com o Sr. Secretário de Estado e que muitas dessas matérias ainda não estavam devidamente regulamentadas. Referiu que a maior parte das competências já eram asseguradas pela Câmara Municipal, como era o caso dos nadadores salvadores e a limpeza do areal da praia. Mais disse que esta matéria não implicava as grandes obras de manutenção, nomeadamente, as grandes obras de manutenção do cordão dunar, pois eram obras de grande dimensão e que era necessário que continuassem na esfera do Estado Central. Explicou que para aceitar de imediato essas competências, teriam que criar regulamentos específicos para depois se aceder ao produto da cobrança das taxas, sendo difícil preparar tudo até à época balnear, para depois se poder cobrar de forma devida e justa. Disse também tornar-se difícil, em termos de meios humanos, pois teria que haver fiscalização, e quem se responsabilizasse pelos processos de contraordenação. Falou também numa outra competência, os jogos de fortuna e azar, dizendo que passariam para a Câmara as rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários e também aqui teria que se preparar um regulamento para liquidar as taxar respetivas, o que requeria também uma fiscalização bastante grande desta competência. -----

---- Aproveitou para abordar a questão das entidades Intermunicipais, que seria um assunto a falar mais à frente, mas, disse que se iria decidir em conjunto com todos os Municípios, sendo que a representação dos Municípios que compunham a Comunidade Intermunicipal era feita através da CIM. Esclareceu que, as vias de comunicação seriam apenas na área de licenciamento e de fiscalização, por exemplo na estrada Nacional, a fiscalização e o licenciamento de um outdoor ou de um reclame. -----

---- Relacionado com as obras ou manutenção das estradas, referiu que, teriam que ser feitos acordos pontuais e as Câmaras poderiam querer ou não fazê-los em relação a essas estradas. Mais disse que tal como as outras, teria que haver regulamentos para poder cobrar taxas, teria que haver fiscalização, etc. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Na Justiça, disse que se pretendia tratar do combate à violência contra as mulheres, à violência doméstica; na rede Julgados de Paz, apoio às vítimas, contra a xenofobia, matérias que tinham que ser analisadas e preparadas. Falou ainda noutra competência, os projetos financiados pelos Fundos Europeus e Programas de Captação de Investimento dizendo que já se faziam atualmente, a CIM fazia a gestão de alguns projetos. Disse existir um projeto em relação ao abandono escolar, iriam apresentar um projeto para spots de surf que também era feito através da CIM e acrescentou que a CIM tinha competências no apoio às pequenas empresas até a um montante de cinquenta mil euros. -----

----Passou para a proteção civil e bombeiros dizendo que passarão para os municípios as EIP (Equipas de Intervenção Permanente), os recursos e equipamentos a elas afetas. Acrescentou que naquele momento o município já tinha algumas dessas competências nomeadamente o pagamento dos cinquenta por cento dos ordenados das da EIP. -----

---- Em relação às estruturas do atendimento ao cidadão, disse que a maior parte delas passará para as Juntas de Freguesia com expansão e criação de Espaços de Cidadão, sendo que as Lojas do Cidadão, algumas delas, ficarão com os municípios. Disse também que as assembleias de freguesia, à exceção de Mira, deliberaram não aceitar essa competência, o que se entendia, porque caso contrário teria que haver uma regulamentação nessa matéria. Do mesmo modo que existiam dúvidas em relação à localização, ou seja, se o espaço Cidadão que estaria em Mira passaria ou não para a gestão total da Freguesia ou se uma das freguesias queria criar um novo Espaço Cidadão. Portanto, ainda existiam algumas necessidades de esclarecimento. Falou também relativamente à habitação, gestão do apoio ao arrendamento urbano e à gestão de imóveis, e também, à gestão da habitação social. Esclareceu que a própria legislação publicada referia que haveria ainda regras a definir e que não estavam ainda devidamente esclarecidas. Falou também da existência de um património imobiliário público, dizendo que essa competência iriam aceitar, até porque o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

financiamento das competências para os municípios vinha das receitas desses próprios imóveis. Falou das casas florestais, dizendo que era necessário fazer um pedido ao Ministério da Agricultura e das Florestas, assim como também ao Ministério das Finanças. Informou ser um processo moroso, mas entenderam que se poderia dar início a esse processo, uma vez que não era necessário cobrar taxas, nem afetar meios, seria então apenas necessário fazer os requerimentos dessa competência. -----

---- Falou por último da competência, em matéria de estacionamento público, das receitas, das coimas e das multas cobradas em estacionamento público e que o município teria de estar preparado quer em termos de regulamento, quer em termos de meios humanos para poder responder a essa matéria. Terminou pedindo desculpa aos membros da Assembleia pelo tempo tomado nestes assuntos, mas achava que devia clarificar os presentes e ficar registado em ata uma explicação do pouco que ainda sabia em relação a esta matéria desconhecendo-se desde logo, o montante dos respetivos envelopes financeiros. -----

---- **1ª Intervenção dos Membros da Assembleia Municipal:**-----

---- Interveio o **Sr. Deputado Américo Páscoa (MAR)** que começou por dizer que este ponto, acerca das transferências de competências para as autarquias, era um pouco pertinente, considerando que deveria haver algumas do Poder Central. Questionou relativamente à saúde, que ainda não estava em causa mas, que iria estar, a nível de recursos humanos e meios, relativamente aos profissionais que trabalhavam no Centro de Saúde de Mira. Falou num outro ponto forte, a Educação, achava que nesse ponto Mira perdeu um pouco o comboio uma vez que só existia um agrupamento de escolas, ao passo que, os concelhos vizinhos tinham aproveitado os benefícios do Portugal 2020. Ao abrigo do mesmo, poder-se-ia ter aproveitado, para Mira, a requalificação do pavilhão, auditório e laboratórios para benefícios dos alunos. Concluiu que os problemas que Mira teria eram já recorrentes e do conhecimento de todos os que



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acompanhariam as notícias a nível da zona centro. Ressalvou que os alunos e docentes saberiam das necessidades que a Escola Secundária precisaria, principalmente, porque nunca teria tido obras desde que abriu. Pediu para se refletir bem, quanto às transferências de competências pois tinham dois anos para se adaptarem às mesmas. -----

---- 2ª Intervenção dos Membros da Assembleia Municipal-----

---- Interveio o **Sr. Carlos Nora (PS)** dizendo que o Governo estava a propor uma grande revolução e que também era normal que o Executivo prosseguisse com dificuldade. Referiu que, o Executivo estava a evitar uma das transferências e podia ser um pouco mais ambicioso, designadamente, no que toca à publicidade que existe nas casas comerciais, e que nos últimos anos houve dezenas de comerciantes que retiraram os painéis de publicidade exatamente porque se pagava um balúrdio às Estradas de Portugal. Disse que certamente que iria ser preciso fazer um regulamento que fosse um mérito para a Câmara e um mérito para os comerciantes, porque também eles tinham a necessidade de fazer publicidade aos seus estabelecimentos e para trabalhar era preciso que tivesse lá clientes, achando que deveriam analisar o quanto antes esta situação.

---- Interveio o **Sr. Presidente** que quis acrescentar duas notas ao que foi dito. Primeiro, disse que subscrevia na íntegra, a intervenção do Sr. Américo Páscoa e como conhecedor do que sabia na área da educação, a sua intervenção era devidamente fundamentada e estruturada e com razão. Disse que na semana anterior, havia discutido uma opinião com a DGEST (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares) em que o Município já havia proposto fazerem intervenção na Escola Secundária através do PACTO (PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO e COESÃO TERRITORIAL), explicando que o Pacto Da Coesão Territorial da CIM tinha que ter mapeadas as necessidades de intervenção, tendo tido mapeada a escola básica de Mira (E.B.1), no qual se fez um investimento à volta de cento e cinquenta mil euros financiado e um outro investimento de cem mil euros, fazendo assim um total de duzentos e cinquenta



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mil euros numa primeira intervenção foi devido, ao temporal de dois mil e treze, sendo que também estava previsto intervir na Escola Secundária. -----

---- Falou também do Centro de Saúde de Mira dizendo que neste caso o processo já se encontrava mais adiantado, tendo sido feito um estudo prévio, já se sabia quanto era o custo da intervenção e que já existia um compromisso da Sra. Diretora Regional de mapear e notificar a CIM. -----

---- Sublinha que em relação às competências, estas grandes obras não virão contempladas, sendo por outro lado, contemplada a gestão do pessoal auxiliar, quer da saúde, quer da educação. -----

---- Deixando uma última nota para a intervenção do Sr. Carlos Nora, disse que concordava inteiramente com o que foi dito e que conhecia esse mesmo problema, o facto de as taxas durante alguns anos serem demasiado altas. Salientou que agora teriam de ser justos para criar essas taxas, sabendo avaliar quanto custaria, qual seria a taxa justa a aplicar para um painel publicitário ou um outdoor e teria que se arranjar fiscalização porque ao aplicar legislação ou um regulamento teria que se saber quem é que fiscalizaria e quem teria meios para o fazer, adianta ser uma situação a estudar. Ressalvou que estas transferências de competências iriam ter que passar para o Município em dois mil e vinte tendo o ano de dois mil e dezanove para se preparem para fazer a adaptação aos regulamentos do município, sendo que na parte das escolas deve ser feito no início do ano escolar para que este seja preparado pelo município. -

---- Interveio o **Sr. Dr. Francisco Reigota (PS)** dizendo ser totalmente a favor do que foi dito pelo Sr. deputado Carlos Nora. Relativamente à posição do Partido Socialista sobre a descentralização administrativa e de toda essa temática, referiu que depois de ter ouvido a intervenção do deputado do MAR, o Sr. Américo Páscoa, a falar da educação, acrescentou que se deveria dar início a uma discussão no município acerca da educação no seu todo e a curto prazo, para se poder ganhar escala e dimensão para defender a escolaridade desde o básico até ao secundário. Disse ainda haver problemas transversais a todos e



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que deveriam ser trazidos para cima da mesa e que por isso mesmo, existia um Conselho Municipal da Educação que tinha as suas próprias competências e que era certamente um foco bastante importante para ser abordado para todas as questões da educação, o qual poderia fornecer de alguma forma, mais algumas explicações à Assembleia Municipal e aos seus deputados para assim se saber o que é que se passaria no nosso concelho e nos espaços escolares. Realçou que considerava que se deveria realizar o quanto antes essa discussão. Disse ainda ser um tema importante para se continuar a “assobiar” para o lado, sendo isto uma crítica generalista e acrescentou ser da responsabilidade de todos. ----

---- Acerca da descentralização administrativa referiu que subscrevia a intervenção do Sr. Carlos Nora, a única coisa que não concordava com o executivo era a sua falta de ambição, achando que poderiam ser mais ambiciosos no tempo. O Município tinha que se adaptar às novas competências o quanto antes para que todos pudessem saber como trabalhar com elas, neste caso concreto, os funcionários. Sabia que muitos regulamentos teriam que ser feitos e muitas alterações e que o ano de dois mil e dezanove poderia ser para isso mesmo e disse para não se esperar pelo ano de dois mil e vinte para o fazer. Referiu que tem ouvido muita intervenção do Sr. Presidente a gabar o Secretário de Estado e da Ministra do PS, mostrando-se contente de o Sr. Presidente estar assim tão próximo do Governo e com as ideias do mesmo. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** respondendo ao que foi dito pelo Sr. Dr. Francisco Reigota dizendo que quando achava que as pessoas eram competentes, lhe respondiam e o atendiam ao telefone, só tinha que os gabar. -

---- Disse que, obviamente, se poderia ser um pouco mais ambicioso, mas também teria que se ter mais documentação, mais legislação e também ser muito mais fundamentado em relação a estas matérias. No entanto estava a ser tudo preparado para tentar recebe-las em dois mil e vinte e não em dois mil e vinte e um, com alguma prudência. -----

----- **VOTAÇÃO** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Submetido a votação o ponto três da ordem do dia foi aprovado por unanimidade. -----

---- **PONTO QUATRO: Descentralização administrativa – lei - quadro de transferência de competências para a administração local – Delegação de competências na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra - votação nos termos do disposto no nº2 do artigo 4º da Lei nº 50/2018 de 16 de Agosto.** -----

--- **VOTAÇÃO** -----

---- Não se tendo verificado intervenções, submetido a votação o ponto quatro da ordem do dia foi aprovado por unanimidade. -----

---- **PONTO CINCO: Aprovação da 1ª. revisão orçamental e 1ª revisão das GOP's – Ano de 2019 , nos termos preconizados da alínea a) do nº, 1 do art.º 25º. do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação.**

---- **1ª Intervenção do Sr. Presidente Da Câmara:** -----

--- Interveio o Sr. Presidente dizendo que esta revisão orçamental basicamente se destinava a ajustar projetos aos quais se tem de dar início, nomeadamente a Reconversão dos antigos armazéns municipais o qual já se tinha projeto e candidatura, sendo preciso fazer os projetos das especialidades. Disse haver também o projeto de abastecimento da água. Referiu ser um projeto bastante ambicioso e que se esperava que corresse bem, porque se estava a falar de cerca de um milhão e quatrocentos mil euros de investimento, fez também referência à necessidade de investimento em matéria da água sendo que qualquer um destes projetos serão financiados em oitenta e cinco por cento, sendo necessário ter os procedimentos abertos e a decorrer na altura da sua submissão da candidatura das Aguas do Baixo Mondego e Gândara. Referiu que existia também o plano de mobilidade sustentável, um projeto para mobilidade urbana sustentável cuja candidatura será apresentada até trinta e um de março ou até trinta de junho, pelo que se tratava de alterações decorrentes da gestão normal da câmara. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Interveio o **Sr. Carlos Nora (PS)** que disse não ver nada de anormal e pediu um pequeno esclarecimento de situações e anulações de despesas correntes da iluminação pública, anulações das despesas de capital de equipamento informático, da requalificação do parque de merendas de São Bento e do cemitério de obras de remodelação e manutenção. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** em resposta ao Sr. Carlos Nora e esclareceu que o orçamento era uma previsão e como o próprio nome indica, tendo sido feita uma previsão de algumas despesas atendendo ao fator e aos gastos do ano anterior.

---- Em relação a algumas despesas que o Sr. Carlos Nora mencionou, disse já terem sido feitas algumas dessas obras importantes: no Cemitério de Mira já tinham sido feitas algumas obras e melhorias que também já haviam sido feitas algumas no ano anterior e na altura tinham feito essa previsão, daí o facto de se ter feito esse ajuste. -----

---- Referiu que algumas das obras que aqui apareciam mencionadas, eram obras que se pensava fazer numa empreitada maior e que aí se podia alterar e disse atempadamente para que não surgissem surpresas, que provavelmente em fevereiro viria uma revisão orçamental e às GOP's porque já se estava a trabalhar nelas e nos ajustamentos. Concluiu que se terá sempre que se ir adaptando o orçamento em relação ao decorrer dos trabalhos. -----

---- **VOTAÇÃO** -----

---- Submetido a votação o ponto cinco da ordem do dia foi aprovado por maioria com sete abstenções do Partido Socialista e restantes votos a favor do PSD e MAR. -----

---- **ENCERRAMENTO** -----

---- E nada mais havendo a tratar, foi pelo **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** declarada encerrada a sessão pelas dezanove horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Mesa

(Mário Ribeiro Maduro, Dr.)

O 1º Secretário

(Nelson Miranda Cadete, Prof.)